

PARA PREENCHIMENTO PELA ENTIDADE SOLICITANTE APÓS AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE INFORMAÇÃO SUJEITA A SEGREDO ESTATÍSTICO

(LEI 22/2008 DE 13 DE MAIO)

### **COMPROMISSO DE SIGILO**

Nos termos da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio, que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional, designadamente do disposto no n.º 6 do artigo 6.º e de acordo com o deliberado pela Secção Permanente do Segredo Estatístico, no âmbito da aprovação por procedimento escrito conforme 1ª Deliberação da Secção, a Agência Portuguesa do Ambiente, compromete-se a:

1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial do INQUÉRITO ANUAL À PRODUÇÃO INDUSTRIAL, de **2017** (número de empresas, quantidades de produtos produzidos e quantidades de matérias-primas compradas, na máxima desagregação PRODCOM – 12 dígitos), usando-os exclusivamente para os fins mencionados no pedido enviado ao Conselho Superior de Estatística em novembro 2018;
2. Utilizar a informação disponibilizada apenas para análise de contexto no âmbito da Proteção do Ambiente e na elaboração anual do inventário nacional de emissões e remoção de poluentes atmosféricos (INERPA), destinados a cumprir o acordo internacional estabelecido por Portugal, no quadro da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*) e do Protocolo de Quioto. Ou seja, as obrigações a nível das instâncias comunitárias: Diretiva Tetos Nacionais de Emissão (Diretiva 2001/81/CE) e Regulamento (EU) nº 525/2013 do parlamento europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013 que revoga a Decisão do Conselho 2004/280/CE, relativo à criação de um mecanismo de monitorização e de comunicação de informações sobre emissões de gases com efeito de estufa e de comunicação nacional e da União de outras informações relevantes no que respeita às alterações climáticas;
3. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística disponibilizada, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição acidental ou ilícita, ou a perda acidental;
4. Efetuar a divulgação da informação de acordo com o mencionado no pedido aprovado, de uma forma que não permita qualquer identificação, direta ou indireta, das unidades estatísticas de base;

- Lisboa, .... de ..... de

2/2